

ARTIGO

Organização popular e sindical em Monte Carmelo/MG nas décadas de 1970 e 1980*

Antônio de Pádua Bosi/UFG

Os trabalhadores sobre os quais escrevo, compartilharam um sentimento religioso que os levou a construírem, estimulados por duas missionárias católicas leigas e um padre italiano, núcleos das Comunidades Eclesiais de Base no município de Monte Carmelo (localizada na região do Alto Paranaíba e com população de 35.000 habitantes) em meados da década de 1970. O trabalho de proselitismo dos agentes religiosos sugeriu a organização enquanto estratégia para enfrentarem condições adversas de vida tais como a discriminação social, a pobreza e a exploração do trabalho. Durante a última metade da década de 1970, esses trabalhadores agiram a partir das CEBs reivindicando melhorias nas condições de vida e de trabalho. Entretanto, em algum momento entre 1978 e 1982, o espaço religioso tornou-se estreito para a envergadura das ações desses trabalhadores demandando outras formas de organização.

Isso não ocorreu apenas em Monte Carmelo. De um modo geral, registrou-se nesse período um declínio nas atividades das CEBs enquanto que a intensidade da mobilização e ação dos movimentos sociais crescia. O que podia ser facilmente visualizado tornou-se uma explicação, em suas linhas gerais, bastante consensual. Ela indicava que o processo de abertura política havia criado um novo cenário institucional compatível com a organização da sociedade civil. Nesse contexto, as CEBs teriam perdido espaço para organizações mais específicas e adequadas ao encaminhamento das demandas populares.

Embora eu não discorde dessa leitura, questiono sua linearidade e, principalmente, um certo etapismo configurado a partir dela e em torno da história dos movimentos sociais no Brasil das décadas de 1970 e 1980 que menospreza as experiências das pessoas que construíram esses movimentos. É nessa perspectiva -do ponto de vista dos trabalhadores que participaram e fizeram essa história- que recoloço duas questões: como e por que os trabalhadores

que estudei procuraram organizar-se num Sindicato de Trabalhadores Rurais e numa Associação de Lavadeiras? O que conseguiram com essas organizações?

II

O grupo das CEBs de Monte Carmelo desenvolveu uma visão crítica da realidade durante a última metade da década de 1970. Questionaram a exploração sobre o trabalho, a falta de equipamentos urbanos públicos, os salários, as extensas jornadas de trabalho na cidade e no campo. A inspiração para interpretar essa realidade e formular soluções vinha de muitos lugares. Como bem notou Éder Sader, as experiências dos trabalhadores nas décadas de 1970 e 1980 tiveram múltiplas matrizes, principalmente a Igreja e o marxismo na sua pluralidade ideológica¹. De uma maneira geral, todos falavam em “*transformação da sociedade*”, “*realidade sem trabalhador nem patrão*”, “*justiça social*” etc.. A militância, que tantas vezes impôs a distância da família e do lar, pautava-se por essa utopia. Uma utopia que ganhava dimensões cada vez maiores e também concretas. A certeza de que a peleja seria gloriosa ampliou as ações desses trabalhadores, deu-lhes objetivos mais ambiciosos e ousados. Exigiu-lhes mais dedicação e empenho. É aqui que as CEBs abrem espaço para outros tipos de organização popular, como contou Dona Odete:

Aí o pessoal reclamano ‘Ah, por que agora o pessoal num qué mais dá atenção, eles já num tem mais...’ e questionano e criticano, aí o “Tiago” falô ‘Olha gente...’ ele fez uma comparação que eu nunca esqueci, ele falô assim ‘A CEBs, é como uma galinha, galinha choca, tem os pintin, enquanto eles tá piquinininho eles tá tudo ali debaixo da asa ali, ela ciscano, arrumano a comidinha, mas a partir do momento que esses, que esses pintinho cresceu cada um vai pro seu canto, eles vão cuidá, né? Já num vai mais ficá debaixo da asa da galinha’, a função da galinha qual que é? É cuidá enquanto tá pequenininho².

De certa forma, as expectativas de mudar a realidade transbordaram as CEBs. A organização dos trabalhadores da cidade não podia limitar-se aos contornos das CEBs. Um dos motivos indicados por Dona Odete constatava que a identidade religiosa não se estendia à toda a classe.

e essa transformação a gente sabe que num vai sê, num é só o católico, mais todo o povo, todo o povo, todo trabalhador que taí sofreno³.

A percepção de que a classe trabalhadora é diversificada em suas ocupações levou o grupo das CEBs a propor espaços específicos para a organização de trabalhadores de profissões também específicas. Assim é que reconheceram determinado esgotamento das CEBs no que concerne à organização dos trabalhadores.

A gente viu que o nosso objetivo era o mesmo. Com ferramenta específica, que dentro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais uma lavadeira não tem jeito de reivindicar. A área dela é outra né?

Conforme nos aponta Dona Odete, a visão crítica que esses trabalhadores formulam face à sociedade capitalista passa a integrar, por assim dizer, outras experiências de luta, além daquela proveniente do espaço religioso e pautada pelos conflitos entre católicos ricos e o grupo das CEBs⁴. Mas quais são elas?

Quando solicitei a Dona Odete que me contasse por onde começaram a organizar-se em Monte Carmelo, as creches surgiram em sua mente como a primeira e mais imediata demanda naquela época.

A mulher não tinha uma creche onde deixar os seus filhos pra ir trabalhar e falando especificamente das lavadeiras e das domésticas, não tinha nada que as defendesse, que elas pudesse nem discutir sua *situação*⁵.

De fato, o problema de não ter onde deixar os filhos está ligado a uma situação em que o trabalho da mãe torna-se indispensável na composição da renda familiar, como é o caso de Dona Odete, viúva desde 1973 e oriunda do campo. De outro modo, pode-se dizer que é um problema basicamente urbano e, desta forma, estranho aos migrantes que vieram do campo. Na zona rural, embora a mulher seja responsável por uma série de tarefas associadas diretamente ao sustento da família para além da alimentação e do vestuário, tais como a horta de fundo de quintal, o galinheiro e mesmo determinado apoio na lida com as roças e com o gado, não há necessidade de creche. Não há uma

separação geográfica entre lar e ofício. Também é praticamente nulo o receio de se deixar os filhos, por mais pequenos que sejam, longe dos olhos por algum tempo.

Por aí, percebe-se que a creche é uma necessidade imposta pela natureza do trabalho na cidade, modificando a rotina das mães pobres que foram, cada vez mais, sendo impelidas a assumir, junto ao marido, a responsabilidade pela composição da renda familiar, o que implicou um distanciamento dos filhos, já que os empregos de doméstica, operária de cerâmica ou bóia-fria impediam o contato com o filho durante a jornada trabalhada.

Na época da colheita do café, a maioria das mães, vai, sai de madrugada e vai pra roça, cedinho. E volta à noite. Aí vem aquele problema dos filhos. Onde deixa-os⁶.

É necessário notar, contudo, que o interesse pelas creches não era alimentado por uma expectativa de solução definitiva dos problemas sentidos por esses trabalhadores. Foi o que disse Dona Odete, quando pedi a ela que me explicasse qual a expectativa em torno das creches.

Aí a gente começou a perceber que seria ... não uma solução, mas uma ajuda e um amenizar o sofrimento das mãe, por que pelo-manos elas saia de madrugada, mas tinha onde deixar os filhos⁷.

Além deste aspecto mais prático, as creches também eram pensadas como forma de organizar os trabalhadores na cidade. Algumas vezes, as entrevistas foram pontuadas pela necessidade dos trabalhadores terem um local para realizar suas reuniões e discutir seus problemas.

a gente sempre teve a preocupação de um local nosso, onde a gente tivesse liberdade de discutir, fazer promoção, que a gente tinha de estar fazendo sempre, né?, pra que a gente pudesse caminhar com as próprias pernas⁸.

A luta por creches aconteceu, portanto, tendo como objetivo essas duas questões.

Segundo os depoimentos, em 1978, foi instituída a primeira creche. Em 1980, a segunda. E, em 1981, a terceira e a quarta, além do terreno que resultou na Horta Comunitária mantenedora das creches, criada para provê-las de verduras e legumes.

A Horta Comunitária é na Vila Nova. Essa horta, o objetivo dela seria plantá pra colher a verdura pra ajudá manter a creche. E foi por aí⁹.

Um recente levantamento feito sobre as creches pelo grupo de trabalhadores em questão aponta a atual situação das mesmas¹⁰: A creche *Maria de Deus* (Vila Nova) teve sua estrutura ampliada, abrigando, em seu funcionamento, 4 turmas de crianças de 0 à 7 anos, totalizando 90 crianças; a creche *Maria Carmelitana* (Bairro do Carmo) também funciona com 4 turmas de crianças de 0 à 7 anos, num total de 60; a creche *Maria da Anunciação*, no Jardim Montreal, conta ainda com uma estrutura para encontros de até 100 pessoas; a horta comunitária *Maria do Povo*, na Vila Nova, continua produzindo verduras e frutas para o abastecimento das demais creches; apenas a creche *Maria Libertadora*, no Bairro do Carmo, está desativada depois, de ter sido transformada em posto de compra e venda de produtos rurais provenientes das pequenas propriedades do município.

A falta de local e de recursos para a criação e a manutenção da creche agiram contra a vontade do grupo das CEBs. Não havia dinheiro para a empreitada e nem apoio da Prefeitura, apenas a ação voluntária dos trabalhadores que se dispuseram a construí-la por regime de mutirão.

O regime de mutirão é uma prática que tem chamado a atenção de alguns intelectuais que lidam com os movimentos sociais. O historiador João Carlos de Souza destacou, por exemplo, como a idéia de mutirão foi formada por parte de trabalhadores do Jardim Mabel em São Paulo a partir da solidariedade das pessoas envolvidas com o problema da moradia¹¹. Esse sentimento, tão precioso nas falas das pessoas que entrevistei, reforça a concepção de que o dilema da creche e de como viabilizá-la é um problema que interessa ao conjunto dos trabalhadores. Assim, cabe ressaltar a importância da participação dos trabalhadores na consolidação das creches enquanto fator constitutivo da memória do grupo, em detrimento, inclusive, do apoio tardio da Prefeitura, que só compareceu nesse processo a partir de 1983¹².

Em outros dois momentos registrados pelos trabalhadores, o mutirão surge como uma prática extremamente valorizada. A capela da comunidade rural da Tijuca resultou de um mutirão realizado pelos membros do núcleo das CEBs ali existente. Como conta Zé da Mata, casado, 53 anos, 3 filhos, pequeno proprietário,

não tinha lugar pra reuni, e a gente pensô, vamo fazê uma capela. Fizemo uma lista pra pedi ajuda pra comprá o material. Aí meu pai falô: 'nóis vai reuni e fazê os tijolo'. Nóis tinha uma olaria. Aí nós reuniu a família e deu os tijolo. Então a lista ficou só pra comprá os outros materiais. Ganho o carro. Mão de obra ganho tudo, ninguém cobra nada, né? Tudo de boa vontade. Fez a capela¹³.

A lavanderia da COLFA, segundo Dona Lia, 51 anos, solteira, fundadora do PT e da COLFA, trabalhadora doméstica, também foi obra de mutirão. A drenagem do terreno, os primeiros cômodos, os tanques para lavagem de roupa, tudo foi feito pelo trabalho das mulheres e de alguns homens pertencentes ao grupo das CEBs.

Retomando às creches, o reconhecimento da entidade pelo poder público, isto é, seu registro enquanto entidade de utilidade pública, nunca foi ponto irrelevante na luta dos trabalhadores. Muitas mães manifestaram o receio de deixar seus filhos na primeira creche instalada na Vila Dourada (conhecida por Vila Gaiteira, bairro onde estão sediadas até hoje a creche, o STR e o PT) - ainda sem o timbre legal da Câmara de Vereadores - temendo que eles fossem levados para o estrangeiro em função da presença das missionárias italianas. Dona Odete conta que:

na época houve resistência de muitas mães. Falava que aquilo não ia ser bom, depois, que a gente queria as crianças pra levar pro estrangeiro, houve muita conversa. Na época o povo tinha muito medo, porque não existia creche, não existia aqui, não existia nada. 'Não, isso aí elas estão aliadas com o estrangeiro, depois elas querê levar as crianças e tal'. Mas o pessoal começou a abrir os olhos, e viu que nada daquilo era verdade¹⁴.

Dona Lia também destacou o medo que as mães tinham de que seus filhos fossem levados para outros países devido à presença das duas missionárias italianas na fundação da creche. Além desta questão, Dona Lia aponta ainda o receio das mães de que as crianças recebessem maus tratos na creche.

Nessa época, muita gente, as creches ainda eram muito ... como diz o outro, na época, né? Dona Alta? Parece que o povo ainda acreditava muito por causa da, por quê

que eles num acreditava? Por que eles achava que lá nas creche eles judiava dos minino, achava que eles queria era pegá os filho dele, então tinha gente que tinha aquele preconceito com creche, como até hoje ainda tem, mas graças a Deus melhorô demais¹⁵.

Segundo Dona Odete, na verdade, havia uma campanha difamatória na cidade contra a obra das creches. Como está ressaltado na fala de Dona Lia, um grupo de católicos ricos, descontentes com o uso da religião na organização dos trabalhadores, opôs-se ao trabalho dos participantes das CEBs.

Por que depois veio a perseguição. Quando a gente começou a partir mais pro social, pro político. A perseguição começou a partir da Igreja, de membros da Igreja que, através do Bispo, que na época era o Dom Jorge, começou a acusar as voluntárias que elas estava fazendo um trabalho de, colocando revolta no pessoal, no pessoal simples, que seria nós¹⁶.

Durante um bom tempo, houve pressões para que o grupo das CEBs desistisse das creches, bem como de tudo o que já vinham tentando fazer com relação à organização dos trabalhadores. Tais pressões, mais localizadas no âmbito religioso, como foi apontado no capítulo anterior, terminaram por conseguir o afastamento das missionárias e do Padre da cidade, mas não desmotivaram a luta do grupo das CEBs.

Aí começou aquele negócio de querer ver tudo que a gente está fazendo, desconfiando. A gente fazia uma reunião, de repente aparecia gente estranha que não fazia parte nem da comunidade nem dos trabalhadores. A gente pedia pra se identificar, é claro. Então começou por aí. Até chegar elas ser, assim, tão pressionadas, que foram quase que praticamente expulsas. Aí veio a perseguição contra o Padre Marcelo também¹⁷.

Face a esse quadro, a existência da entidade com o apoio legal do poder público consistiu numa estratégia para desmontar argumentos dessa natureza. Como lembra Dona Odete: “nós precisava da lei de utilidade pública, pra dar andamento nas coisas, pra ter condição de organizar”¹⁸.

A extensão da Lei de Utilidade Pública à entidade congregadora das creches fazia-se importante não, só para arrefecer os ânimos daqueles que eram contrários, mas também como maneira de conseguir o apoio institucional da prefeitura através de verbas para a manutenção e os recursos humanos.

Notadamente, a ação desses trabalhadores não se baseou em nenhuma noção sobre a natureza do Estado que o definisse por aliado ou inimigo, como indicou Ruth Cardoso em seu balanço crítico sobre os movimentos sociais no Brasil realizado por volta de 1983¹⁹. Diferentemente do que afirma a antropóloga, as experiências relatadas pelos trabalhadores indicam um comportamento baseado na independência de suas ações e organizações com relação ao poder público. A luta pelo reconhecimento da entidade “Pequenas Comunidades de Nossa Senhora do Carmo” como sendo de utilidade pública constitui-se num forte exemplo. Além disso, é possível perceber, pelas entrevistas, que a prática dos trabalhadores não se balizou pela amizade ou inimizade com a prefeitura, ou com os secretários de governo, ou com os vereadores, ainda que isso tivesse ocorrido. O que se valorizou na articulação dos interesses dos trabalhadores foi a constituição do poder popular, acima de qualquer perspectiva de integração ou negação, a todo custo, do poder público.

|||

Fundada²⁰ essa entidade em 22/08/1978, as doações dos terrenos²⁰ dependiam do aval da Câmara de vereadores da cidade em dar à instituição o estatuto de entidade de Utilidade Pública. A solicitação foi feita, segundo Dona Odete, no mesmo ano. Segundo consta num documento da CARMOCEB, datado de 22/08/1981, “a primeira luta foi, no início, contra a Câmara dos Vereadores que rejeitaram três meses em seguida, de quinze em quinze dias, a lei de utilidade pública”²¹.

Conforme já salientado anteriormente em algumas falas, pesava contra esses trabalhadores uma campanha detratória, que buscava caracterizá-los como pessoas “baderneiras” e “incompetentes”, “incapazes” para dirigirem as creches. Aconteceram pelos menos seis sessões da Câmara, nas quais, por um motivo ou outro, o reconhecimento da entidade não se efetivava. Coube, então, a adoção de uma estratégia mais incisiva. Foi aí que resolveram pressionar a Câmara e o prefeito, aproveitando-se de uma conjuntura favorável, pois já era o final

do ano de 1978. “Somente á força de pressão dos animadores e o medo das próximas eleições conseguiram esta lei (Lei 961 de 06/11/1978)”²².

Note-se que a data antecedeu em apenas nove dias as eleições de 15 de Novembro de 1978²³. Dona Odete lembrou-se desse fato, acrescentando ainda a ocorrência de “visitas” aos vereadores e da organização de trabalhadores com a intenção de lotar o plenário da Câmara. “Com muita pressão, visitando cada vereador individual, e depois enchendo a Câmara de gente, mas enchendo de gente mesmo, aí eles não tiveram como, por que não tinha justificativa assim”²⁴.

Os trabalhadores envolvidos na luta pela efetivação da entidade das creches formaram um conceito a respeito da Câmara dos vereadores e da prefeitura. Inicialmente, não receberam recorrer ao poder público para viabilizar sua demanda. No entanto, fizeram-no prevendo resistência contra o projeto das creches, já que o período de enfretamento com os católicos ricos da cidade, desde 1976, havia ensinado muito a eles. As perseguições às domésticas e lavadeiras, à época da tentativa de criação da Associação das Lavadeiras, foram, neste sentido, uma escola política para os trabalhadores. Por isso, quando o grupo das CEBs, junto com outros trabalhadores, procurou mobilizar a classe como fator de pressão em favor da aprovação da entidade como sendo de utilidade pública, não foi como um último recurso desesperado após falharem as tentativas de negociação. A ordem do dia, mesmo inseridos numa conjuntura extremamente adversa e contrária às suas expectativas, era: primeiro mobilizar para depois negociar.

Ao que parece, essa questão foi mais do que uma postura de princípios. As dificuldades enfrentadas na constituição das creches sugerem-me uma estratégia a que pressupunha o intento como forma de conscientizar os trabalhadores da necessidade de um lugar para deixar seus filhos enquanto trabalhassem e, finalmente, responsabilizar o poder público pelo serviço. Os depoimentos atestam que Dona Odete e seus pares entendiam as creches como uma necessidade, e que também buscaram apoio na Prefeitura e Câmara dos Vereadores para concretizá-las. Perante a negativa do poder público em assumir esta questão, passaram a implementá-la, não só como prova da capacidade organizativa dos trabalhadores, mas também como maneira de conduzir tal tarefa à Prefeitura, mesmo a contra gosto desta. A pressão exercida sobre os vereadores, descrita anteriormente demonstra a situação

delicada em que ficou o poder público diante da demanda apresentada pelos trabalhadores que lotaram o plenário da Câmara.

É evidente que as creches não faziam parte do planejamento político do executivo ou do legislativo municipal. No início, é provável que a objeção para formalizar a entidade “Pequenas Comunidades de Nossa Senhora do Carmo” tenha sido fomentada pelos adversários católicos das CEBs -os mesmos que patrocinaram depois o afastamento das missionárias e do Padre da cidade. Mas, decorrido o tempo em que os trabalhadores estruturaram as creches, esse conflito ganhou proporções mais gerais, envolvendo de maneira mais direta o poder público. A existência das creches por si só passou a exercer, em um grau mais intenso, certa pressão sobre a Prefeitura, em particular, que se viu praticamente impelida a incorporá-las em seu planejamento administrativo. Isso ocorreu em definitivo entre os anos de 1989 e 1990, quando o governo municipal parece ter assumido, em sua folha de pagamento, os vinte e três funcionários que já trabalhavam nas quatro creches, além da manutenção geral dos prédios.

Na visão da Prefeitura essa ação devia ser interpretada como uma iniciativa sua, fazendo parte de suas diretrizes sociais. Assim, ela tentou esvaziar de conteúdo a história das creches -a luta para criá-las, o enfrentamento com o poder público etc.- buscando transformar a demanda dos trabalhadores por creches em concessão da administração municipal e em uma de suas prioridades. Ou, conforme está registrado em manchete do periódico “Alerta Geral” de Novembro de 1990:

Uma das prioridades do governo, então, foi com a questão social, e dentro deste programa de metas, mereceu especial atenção as creches municipais, que teriam manutenção e aparelhamento às expensas da prefeitura, que se comprometeria também, dentro da possibilidade orçamentária, construir outras unidades²⁵.

A incorporação das creches pela Prefeitura efetivou-se também como estratégia de impedir a continuidade do trabalho até então feito por Dona Odete e seus pares, à medida que os funcionários que lá trabalhavam deixaram de ser indicados pelas creches. Segundo Dona Odete, “até a gestão do Ajalmar ele sempre respeitou, mais depois mudou e não houve mais. Eles não aceita

o pessoal que são preparados e apontados pela comunidade. Agora eles é que mudam o pessoal”²⁶.

A “preparação”, à qual Dona Odete faz menção, orientava-se pelo princípio de que as creches não deveriam ser simples “depósito de crianças”, mas pensadas dentro de um processo mais amplo de transformação social. O contato com as crianças proporcionava, por conseguinte, a oportunidade de conversar com os pais, agendar reuniões nas quais se tratava de assuntos aparentemente banais como trabalho, salário, moradia, e creche, evidentemente. Nesse contexto, tais questões deixavam de ser apenas situações rotineiras, quase imutáveis, para tornarem-se problemas passíveis de discussão e resolução. Conforme disse ainda Dona Odete:

o pessoal ia na creche, fazia a experiência do trabalho, tinha um compromisso com as família, com a comunidade pra depois ele trabalhar. (...) Por que antigamente, o pessoal fazia um treinamento. Ficava a par de qual era o objetivo, que o nosso objetivo era um objetivo de libertação e não um depósito de crianças como acontece à vezes em muitos lugar²⁷.

Retomando o problema da relação dos movimentos com o poder público, se antes este sequer cogitava da possibilidade de atender às reivindicações dos trabalhadores, a partir de 1983, com a gestão do PMDB, sua intervenção passa a se pautar pela tentativa de incorporação das demandas e das próprias realizações dos trabalhadores, concomitantemente ao desmonte da mobilização popular. Cabe lembrar também que a mudança de postura do poder público em relação às creches processou-se a partir do quadro eleitoral de 1982. O grupo ligado ao Engenheiro Ajalmar José da Silva, que assumiu a Prefeitura durante o período de 1983 à 1996, apostava na hegemonização do campo eleitoral através da consolidação de uma firme base popular, conseguida por favorecimentos pessoais e também pela construção ideológica de uma imagem oposicionista do novo bloco no poder como representante dos interesses dos mais pobres. Tudo isto, favorecido pela conjuntura de desgaste dos governos militares apoiados, até então, pela ARENA, responsável pelas últimas gestões municipais.

No caso do STR, fundado em 28 de Agosto de 1980, a estratégia da Prefeitura também balizou-se pela tentativa de incorporação das demandas.

De uma forma geral, a Prefeitura tinha interesse em estabelecer relações amistosas com o STR devido à sua base social, composta basicamente de pequenos produtores rurais, perfazendo um respeitável número de votos nas comunidades rurais do município. Visto pelo prefeito como um manancial de votos, que poderia servir às suas pretensões eleitorais futuras entre as quais cobiçava, além de fazer seu sucessor, uma cadeira no legislativo estadual mineiro. Por isto mesmo, é que uma solicitação de um trator feita por parte do STR logo foi acolhida.

De acordo com Zé da Mata, o STR dirigiu-se à Prefeitura no intuito de conseguir o equipamento que seria de grande valia para seus associados que, não podendo adquiri-lo individualmente, ou preparavam a terra manualmente ou ficavam submetidos ao trabalho de terceiros, o que era demasiado caro e inviável para suas posses. Assim, como relata Zé da Mata, na época presidente do sindicato:

Aí a gente falô: 'Ó, vamo vê se a gente dá conta de adquirir um trator', a exemplo de outras comunidade que tinha no sul de Minas, que já tinha uns trator trabaiano pra pequeno produtor, a gente fez uma comissão e foi no prefeito, na época o Dr. Ajalmar, ele, nós fomo lá, pedimo ele um trator, se ele podia ajudá²⁸.

O prefeito prometeu o trator e, junto ao STR, encaminhou-se à Câmara de Vereadores para que a dotação de verba fosse aprovada. O trator foi comprado no mês em que a Exposição de Agropecuária da cidade acontecia, o que, premeditadamente ou não, transformou-se num evento de promoção da Prefeitura, em que o prefeito entregaria simbolicamente as chaves do trator ao STR. No entanto, transcorrida a Exposição, o prefeito notificou o STR de que a Câmara havia exigido que a administração do trator ficasse a cargo da Prefeitura, fato que causou descontentamento entre os associados do STR: "mais depois ele, a Câmara num aceitô de deixá a administração pro sindicato, por que num dava certo, que precisava sê a Prefeitura administrá, a Câmara num aceitô"²⁹.

É difícil saber se essa posição da Câmara contou ou não com a aquiescência do Prefeito. Pode-se avaliar que sim, se forem levadas em consideração as atitudes da Prefeitura, após a objeção da Câmara. O prefeito exercia pressões no sentido de colocar em xeque o sindicato à medida em que propunha a criação de

Associações de Moradores na zona rural para, inclusive, servirem de intermediárias entre as demandas populares e a Prefeitura. A atitude de tacitamente não avalizar o STR para a administração do trator no início demonstra as intenções que tinha o prefeito em tirar proveito direto dos serviços de desmate e preparo das terras de dezenas de famílias rurais. Zé da Mata relata isto da seguinte forma:

daí um dia ele cramô pra mim, falô 'Ó, a Câmara num aceitô, então a administração num vai pro sindicato não, vai ficá pra Prefeitura, e a Prefeitura vai fazê um levantamento ... nós vamo passa pra fazê agora, uma associação em cada zona do município, então o trator vai atendê as associação³⁰.

É importante ressaltar que a tentativa de incentivar a criação de Associações de Moradores de maneira atrelada à Prefeitura, em contraposição às organizações independentes já existentes em Monte Carmelo, não foi uma iniciativa isolada da Prefeitura de Monte Carmelo. De acordo com a socióloga Nízia Maria Alvarenga, a gestão municipal 1983/88 de Uberlândia, na pessoa do médico Zaire Resende, também incentivou a criação de Associações de Moradores "como parte de um projeto político-partidário do PMDB e um dos pilares de sustentação de um novo grupo das classes dominantes em fase de ascensão às estruturas de poder"³¹.

De fato, os movimentos sociais desse período pareceram a setores da burguesia, que até então se encontravam fora do bloco do poder, como uma possível base de sustentação política. No caso de Monte Carmelo, as entidades e os trabalhadores investigados não se submeteram a tal lógica. Os associados reclamaram o trator para o STR, assumindo a manutenção do mesmo. Para evitar conflitos, o prefeito consumou a doação, embora tenha comprado outros dois tratores com destino à Prefeitura e à Associação de Moradores da Água Limpa, dando seqüência à sua política clientelística.

Cabe apontar a noção de independência formulada pelos trabalhadores com relação ao poder público. Nunca foi uma postura profilática, arredia a contatos e conversas. Sempre que foi preciso, o STR recorreu à Prefeitura em busca de uma solução para problemas como o do trator. Como conta Zé da Mata, a impossibilidade de arcar com a manutenção do mesmo sem ter

uma receita à altura dos gastos fez com que o STR aceitasse um convênio com a Prefeitura.

O trator tava com os pneu ruim, precisano de trocá de pneu e nós num tava teno condição, e nessas altura a Prefeitura já tinha doado um operador, pro sindicato, ela doô um operador, mais a, aí já favoreceu por que nós podia cobrá menos, só a despeza do óleo, né? ... 'Ó, nós num tem condição de trabaia com esse trator desse jeito e o sindicato num dá conta de colocá pneu agora', nisso o prefeito foi lá e topô ir trabaia junto, que eles ia arrumá o trator, vendê mais serviço, ... falô 'Ó, não tudo bem!' Aí nós arrumô um documento pra, querê eles, pegá o trator, constano que eles ia pegá o trator, que tava ruim de pneu, mas que quando qualqué uma das parte resolvesse voltá o trator pro sindicato, eles dá ele de novo, de pneu novo e revisado, né?³².

Certamente o prefeito tentava com isso, além de centralizar o atendimento das demandas dos pequenos produtores na própria Prefeitura, estreitar laços com o STR visando já às eleições de 1988. Entretanto, o então presidente do STR foi lançado candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores. Foi eleito com mais de duas centenas de votos praticamente provenientes das urnas relativas à zona rural. Esse fato talvez tenha sido responsável pela mudança de postura do novo prefeito Aldo de Souza Filho (que era chefe do Departamento de Obras da gestão do engenheiro Ajalmar José da Silva), que passou então a cobrar as horas pela utilização do trator. Ou ainda, impedir a continuidade do trabalho político nas creches.

Por sua vez, os associados do STR ficaram insatisfeitos com esse tipo de tratamento e requereram o trator de volta conforme havia sido estabelecido no convênio. Só que a via deste não foi encontrada nos guardados do sindicato, circunstância que se tornou um obstáculo para a devolução do trator. Mobilizados, os associados encaminharam-se à Prefeitura para resolver a pendência.

Aí eles, cobrano a, a hora lá, do povo, aí o povo pegô a reclamá, 'não nós tá pagano, então nós pode pegá no sindicato por que nós têm lá do jeito que nós quisé', num tava dano certo na Prefeitura, a gente foi e pediu o trator

de volta. Nossa! Mais pra eles voltá esse trator pro sindicato foi uma mão-de-obra, tiraro os pneu do trator, pois pneu véio, foi preciso de nós ir lá brigá com eles, por que num era esse, não mais nós num teve jeito de forçá eles por que, nós perdeu a via do ... do acordo, num teve jeito de nós forçá eles, mais eles colocaro as coisa mais ou menos, num pois novo mais colocô mais ou menos³³.

Como indicaram as falas, o STR aproveitou-se das tentativas de cooptação por parte do poder público utilizando-as em função de seus próprios interesses. Situações, como o dilema causado pela necessidade do trator, sugerem que o sindicato utilizou-se do poder público para resolver alguns de seus problemas, quando, ao contrário, o prefeito tencionava cooptá-lo. Em determinadas ocasiões, como na entrega das chaves do trator, o prefeito alcançou seu intento, se este fôra o de conseguir popularidade com os habitantes da cidade que assistiam à Exposição agropecuária. Mas, de outro lado, o STR também atingiu seu objetivo (mesmo que tenha demorado algum tempo, como visto anteriormente no episódio em que a Câmara negou-se a conceder a administração do trator ao STR).

IV

Para além da relação com o poder público, cabe examinar também o significado do STR para seus associados. O caso do trator é bem ilustrativo. Zé da Mata e Osmar (este casado, 41 anos, 1 filho, trabalhador rural e ex-vereador pelo PT 1989/1992) salientaram que a modernização da agricultura na região (desde a incrementação técnica até o sistema de crédito) não favoreceu o pequeno produtor. Este, impossibilitado de concorrer no mercado com preços estabelecidos a partir da produtividade das plantações e pecuária mecanizados, subsumiam-se cada vez mais a uma economia doméstica, de subsistência. O STR surge aí como possibilidade de facilitar a vida dos associados como no caso do trator. O acesso coletivo a tal equipamento certamente tornou menos desigual a concorrência. Foi com esse intuito também que os associados decidiram pela compra de uma pequena máquina de beneficiamento de arroz, conforme conta Zé da Mata: “a gente tem uma máquina de arroz, limpa arroz, cobra uma taxinha pequena, só mesmo para a despeza que dá com força”³⁴.

Neste sentido, o STR, na prática, foi tomado por seus

associados como um mecanismo de apoio às questões ligadas diretamente à sua sobrevivência econômica.

Segundo se percebe nas falas de Zé da Mata e Osmar, o sindicato é visto como um valioso instrumento para os pequenos produtores enfrentarem a situação de extrema desigualdade da distribuição dos recursos tecnológicos no país. É esse fato, aparentemente simples e banal, de adquirirem um trator e uma máquina de beneficiar arroz revela uma estratégia de resistência contra a pressão exercida pela agroindústria na região. Na impossibilidade de cada trabalhador tornar-se possuidor de um trator, capaz de realizar os serviços na pequena propriedade, fosse através de terceiros ou mesmo da aquisição direta do equipamento, o STR assumiu-se como um encaminhamento pertinente para a solução do problema.

Ele começô (o STR) prestano atendimento com trator, né? E esses trator até, é uma luta do sindicato, do tempo que eu era presidente, então arreunia muito os pequeno produtor na reunião, e eles começô a vê que uma das dificuldade era adquirir um trator de pequena propriedade, né? Por que geralmente o tratorista (empreiteiro) qué um preço muito grande, dá muita hora³⁵.

A organização dos trabalhadores rurais em um sindicato fez-se a partir do reconhecimento das dificuldades que eles tem enfrentado cotidianamente na lida com a terra. A expressão consciente dessa organização, pelo menos com referência em Zé da Mata e Osmar, considera que os trabalhadores rurais detentores de pequenas propriedades tendem a desaparecer dada uma política de amplitude nacional voltada ao incentivo da grande empresa capitalista de produção agrícola.

No início da fundação do sindicato, nós descobriu isso aí (Projeto JICA já discutido no 1º capítulo), e depois, num encontro daqui e dali, num achô segmento; incentivo do governo era aquele mesmo. Ele tava comprano as terra e os próprio trabaiaidô tava sendo enganado³⁶.

E, por certo, o STR de Monte Carmelo, impulsionado pelas CEBs, constitui-se num fator de resitência dentro do contexto da chamada “modernização” do campo³⁷.

Voltanto à questão da relação das entidades com o poder

público, até mesmo no campo estritamente pessoal, os entrevistados lembram-se de situações em que, sendo-lhes muito caras, mantiveram uma postura de independência. Dona Lia, por exemplo, foi trabalhadora doméstica na casa do prefeito da cidade (que depois se elegeu deputado estadual) por vários anos. Segundo ela, nunca se deixou influenciar por conversas que tentassem dissuadi-la ideologicamente. “As veiz eles queria pô o PT lá no chão lá, né? De baixo da ... aí a gente tinha que falá as verdade”³⁸.

Dona Lia reconhece que as próprias circunstâncias que levaram seu patrão à prefeitura (eleito na chapa do PMDB de 1982 tida à época como oposição ao regime militar) impediram qualquer represália contra ela. Também em função disso, já no início da década de 1980, ela trabalhava com carteira assinada, uma raridade em Monte Carmelo. Mas, como diz ela, “tamém ficava mei feio pra eles um prefeito num assiná a carteira prum empregado, né?”³⁹.

Evidentemente que tentativas no intuito de desanimar os trabalhadores pela pressão (ou mesmo ainda no sentido de cooptar lideranças do movimento) não foram totalmente fracassadas. Às vezes, alguns “*caíam pelo caminho*”, como me disseram os entrevistados. Mas esse caso nunca foi a regra.

A experiência da criação da Lavanderia pertencente à COLFA traduz a luta das lavadeiras em terem seu espaço reconhecido e garantido contra os interesses políticos e econômicos da burguesia local. De acordo com Dona Odete:

a gente sempre teve a preocupação de um local nosso, onde a gente tivesse liberdade de discutir, fazer promoção, que a gente tinha que estar fazendo sempre, né, pra que a gente pudesse caminhar com as próprias pernas⁴⁰.

Dona Odete conta que, antes mesmo da fundação da Associação das Colaboradoras Familiares no ano de 1980, as primeiras trouxas de roupa eram lavadas numa mina d'água localizada, na época, na chácara de propriedade do Sr. Nelo Bosi que, mais tarde, doou um terreno próximo para que se pudesse fazer ali uma lavanderia. Ela e Dona Lia referiram-se a ele como uma pessoa de bom coração.

De posse do terreno, o mutirão foi a forma encontrada para erguer a lavanderia. Parte do material utilizado na construção foi proveniente de casas demolidas e a mão-de-obra contou com a

participação de Aniceto e João Batista, este filho de Dona Alta. Mesmo sendo o lote adquirido por doação, a edificação da lavanderia custou muito trabalho como relata Dona Odete.

Seu Nelo deu o terreno, era um terreno assim, bem, quase que um brejo. A gente teve que drenar. A gente não tinha condição na época, nós arrumamos foi bambu pra drenar o terreno pra construir. Tanto que até hoje tem bastante estrago lá, que ali era um brejo. E aí a gente começou⁴¹.

Instaladas no lote doado pelo Sr. Nelo Bosi, elas puderam construir a sede da COLFA e a Lavanderia. Em poucos anos, contudo, o terreno sofreu uma valorização imobiliária devido ao loteamento de parte da chácara em bairro de construções nobres. Para se ter uma idéia, a COLFA tinha aos fundos a residência do então prefeito municipal Dr. Gilson Brandão -1993/1996- e, ao lado direito, a sede social do Rotary Club. Por diversas vezes, as lavadeiras sentiram-se ameaçadas da perda do terreno.

Primeiro foram pressionadas por um dos herdeiros do Sr. Nelo Bosi a abrirem mão do lote. Por empenho de Dona Lica, esposa do Sr. Nelo (este já se encontrava enfermo), a posse do terreno foi regularizado em 19/03/91. Logo depois, o Rotary Club fez várias ofertas de compra do terreno e da casa, permitindo que as lavadeiras se estabelecessem em outro lugar da cidade e ainda saíssem com algum dinheiro. Nunca cederam a tais propostas. Quando perguntei a algumas delas qual o motivo, disseram que aquele lugar representava sua luta.

Essa luta tem sido, até onde pude observar, vitoriosa, mesmo que as aspirações desses trabalhadores não estejam ainda contempladas. Aliás, o saldo dessa luta é bastante simbólico. Um sindicato de trabalhadores rurais, creches, uma associação de lavadeiras, muitas lembranças e a certeza de que as batalhas são inglórias, mas a peleja é gratificante. Nas palavras de Dona Odete,

se a gente não tiver bem os pés no chão de que nós estamos aqui construindo uma coisa, vai largando por que de imediato a gente não vê resultado nenhum ... a vida melhora por que as coisa mais linda que eu acho e melhor da vida é a gente pensa com a própria cabeça, por que até essa época a gente pensava com a cabeça dos outros⁴².

Uma experiência que se expressa dessa forma não pode ser mensurada apenas em termos econômicos, de atendimento ou não das demandas em questão. Isso, porque a luta desses trabalhadores é bem mais plena e ampla do que sugerem seus estômagos. E desde o primeiro combate levado à frente por esses trabalhadores, fez-se claro e evidente que essas lutas não subsumiam a solucionar o problema da fome e do desemprego, por exemplo. Há um ponto pendente nessa luta de classes, de proporção história.

Quando alguns trabalhadores de Monte Carmelo reivindicaram o reconhecimento da entidade congregadora das creches, também estava em jogo uma disputa por reconhecimento moral, pela *sobrevivência moral* num mundo onde o trabalhador enfrenta um processo histórico de desqualificação política, social e cultural. Dona Odete e seus pares, por diversas vezes, sofreram essa condição de subalternidade. *“Sou discriminada três vezes: por ser mulher, por ser pobre e por ser negra”*. Mais tarde, ela conheceu um quarto tipo de discriminação:

logo nos primeiros tempos, a gente já deparou com as dificuldades, na criação da entidade (Pequenas Comunidades de Nossa Senhora do Carmo). Por que quando foi colocado os nomes do pessoal, por que eu sou sócia fundadora e outros mais, aí não era gente conhecida. Que gente pobre, não tem nome, né? Aí já começou a travar, por que a nossa Câmara, na época, já não queria reconhecer a gente. Falou que não, que era um pessoal estranho, eles nos, assim, uma das justificativas que eles usaram era que nós não tinha gabarito⁴³.

No dicionário de Aurélio, o 4º sinônimo para gabarito é “categoria, nível”. Sem “categoria”, sem “nível”. A burguesia, em seu libelo de acusação, apresentou suas evidências. *“Não tem capacidade. São pessoas que não têm capacidade de levar a frente a entidade”*⁴⁴. E de fato, essa noção sobre as pessoas “de baixo” desestimulou muitos trabalhadores que participaram da tentativa de mostrarem-se enquanto classe -portadores de práticas e idéias próprias, impregnadas de expectativa de transformação social. Mas também serviu como incentivo e desafio a muitos na afirmação de sua identidade, *“gente que pensa com a própria cabeça e não com a cabeça dos outros”*.

Na lógica dos próprios trabalhadores, os personagens centrais

da história são mesmo as lavadeiras e os trabalhadores rurais, e a trama que os mobiliza não é feita de outra coisa senão das experiências muito das vezes comuns que vivem no dia-a-dia. E como já disse noutra parte, sair de uma posição de submissão para uma situação de *“pensar com a própria cabeça”*, tem significados que, por vezes, escapa às análises sobre o comportamento da classe trabalhadora pautadas na luta eminentemente econômica.

V

Voltamos à pergunta inicial: O que esses trabalhadores conseguiram com essas organizações? No contexto da chamada “abertura política” Dona Odete e seus pares não acomodaram-se ao cenário nacional como espectadores, aguardando a propalada “redemocratização” do país. Aliás, do ponto de vista desses trabalhadores, se houve algum tipo de modificação no contexto político e social nos anos 80 em relação à década de 1970, ele não confere com essa idéia de “redemocratização”. Teses como a do sociólogo Francisco Weffort de que a radicalização dos setores populares e sindicais tornar-se-ia desnecessária face ao ambiente de democratização vivenciado pelo país e proporcionado pelos canais institucionais para a expressão da vontade popular, não fazem sentido diante do que encontrei no presente estudo⁴⁵.

Assim, conforme busquei evidenciar, as expectativas de melhorias nas condições de vida dos trabalhadores foram depositadas na estratégia da organização popular. Ainda hoje, conversando com eles, a organização da classe surge sempre como estratégia fundamental para a transformação da sociedade. Mesmo quando indagados se essa transformação poderia ser viabilizada sem operar alterações nas formas institucionais do país, através do avanço eleitoral do PT -partido que ajudaram a construir-, uma certa desconfiança tira o entusiasmo da resposta. Essa valorização da “luta”-como gostam de referir-se- não é gratuita. Ela cresce e se fortalece, acredito, a partir das experiências de enfrentamento contra pessoas e grupos com interesses opostos aos desses trabalhadores. É este o sentido atribuído por esses trabalhadores às organizações construídas por eles. São percebidas como entidades representativas e, principalmente, como parte de suas vidas.

À historiografia dos movimentos sociais cabe aprofundar o

exercício de pesquisa e reflexão na direção de compreender e interpretar o papel das organizações populares e sindicais nos anos 70 e 80 na produção da sociedade em que vivemos.

Notas

* Este artigo corresponde, com algumas modificações, ao 3º capítulo da Dissertação de Mestrado **“Os Sem Gabarito: experiências de luta e de organização popular de trabalhadores em Monte Carmelo/MG nas décadas de 1970-1980”**, defendida na PUC/SP em 1997, orientada pela Profa. Dra. Déa Ribeiro Fenelon.

1. SADER, Éder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**, 3ª ed., São Paulo:Paz e Terra, 1995.
2. Depoimento Gravado em 06/01/97.
3. Depoimento Gravado em 21/02/97.
4. Discuto detalhadamente a natureza e a causa desses conflitos no 2º capítulo da Dissertação de Mestrado **“Os Sem Gabarito: experiências de luta e de organização popular de trabalhadores em Monte Carmelo/ MG nas décadas de 1970-1980”**, defendida na PUC/SP em 1997.
5. Depoimento gravado em 10/09/95.
6. Depoimento gravado em 1º/06/96.
7. Idem.
8. Idem, ibidem.
9. Idem, ibidem.
10. Odete disse que balanços anuais são feitos para que se tenha um diagnóstico da situação das creches.
11. SOUZA, João Carlos. **Na Luta por Habitação - a construção de novos valores**, 1ª ed., São Paulo:EDUC, 1995: 92.
12. O prefeito era engenheiro do DER e concorreu às eleições de 1982 pelo PMDB, após ter sido remanejado para uma cidade vizinha (Patrocínio) por força de políticos locais, que viam nele uma ameaça séria à hegemonia dos ceramistas de Monte Carmelo. De fato, logo que empossado, o Dr. Ajalmar José da Silva (hoje Deputado Estadual pelo 2º mandato na sigla do PTB) buscou apoiar-se num corpo de funcionários leais a seus interesses, fechando a porta a outros grupos políticos locais, embora, no geral, não tenha se oposto aos interesses econômicos dos industriais carmelitanos. Sua penetração no eleitorado da cidade fez-se em função de uma política do tipo “prebendária” (distribuição de favores a partir do Estado para pessoas e grupos de pessoas fiéis ao chefe político) apoiada na criação de Associações de Bairro e de entidades do tipo utilidade pública, como APAE, Associação dos Deficientes Físicos e outras. Daí, o fato de que, sob a gestão de Ajalmar José da Silva, as creches aglutinadas na entidade “Pequenas Comunidades de Nossa Senhora do Carmo” não tenham encontrado resistência por parte da Prefeitura.
13. Depoimento gravado em 16/11/96.
14. Depoimento gravado em 1º/06/96.
15. Depoimento gravado em 05/04/97.
16. Depoimento gravado em 1º/06/96.
17. Idem.
18. Idem, ibidem.

19. Ver CARDOSO, Ruth Cardoso. "Movimentos sociais urbanos: balanço crítico", IN: ALMEIDA, M.H. & SORJ, B., (Org.), **Sociedade e Política no Brasil pós-64**, São Paulo:Brasiliense, 1983: p.215/239.
20. José Scarpellini, negociante e já falecido, doou o terreno para a segunda creche localizada na Vila Nova.. O espírita Joaquim Veloso, contador e também já falecido, foi responsável pelo terreno, também na Vila Nova, destinado à horta mantenedora das demais creches. O Sr. Edgar de Melo, fazendeiro, e o Sr. Langoni (também falecido) deram ½ lote cada um, onde funciona hoje a principal delas, no Bairro do Carmo. O Sr. João Gomes, antigo Ceramista e hoje empresário de Postos de Gasolina, que cedeu um terreno no Jardim Montreal. Entretanto, excetuando o primeiro lote, todos os outros só foram cedidos a partir do registro oficial da entidade. No caso do lote doado pelo Sr. José Francisco, esse ficou a cargo da Mitra Diocesana de Patos de Minas, com uso e fruto para as creches.
21. Idem.
22. Idem, ibidem.
23. A ARENA, situação na época, conseguiu fazer a sucessão com o professor de Geografia e fazendeiro Armando do Prado Cortes.
24. Depoimento gravado em 01º/06/96.
25. Jornal Alerta Geral, *Manutenção das Creches: uma das prioridades da administração municipal*", Novembro/1990.
26. Depoimento gravado em 1º/06/96.
27. Depoimento gravado em 1º/06/96.
28. Depoimento gravado em 16/11/96.
29. Idem.
30. Idem, ibidem.
31. ALVARENGA, Nízia Maria. "Movimento Popular, Democracia Participativa e Poder Político Local: Uberlândia 1983/88", IN: **História & Perspectivas - Poder local e representações coletivas**, Uberlândia, (4):103-129, jan./jun., 1991.
32. Depoimento gravado em 16/11/96.
33. Idem.
34. Idem, ibidem.
35. Idem, ibidem.
36. Idem, ibidem.
37. Ver SANTOS, José Vicente Tavares. "Efeitos Sociais da Modernização da Agricultura", IN: **História & Perspectivas - questão da terra e modernização da agricultura**, Uberlândia, (10):45-57, jan./jun., 1994.
38. Idem.
39. Depoimento gravado em 05/04/97.
40. Depoimento gravado em 10/09/95.
41. Depoimento gravado em 10/09/95.
42. Depoimento gravado em 19/07/96.
43. Depoimento gravado em 1º/06/96.
44. Idem.
45. WEFFORT, Francisco. **Por que Democracia?**, 1ª ed., São Paulo:Brasiliense, 1984.